Câmara Municipal de Capão do Leão/RS
Concurso Público 01/2026

CADERNO DE PROVA

ASSISTENTE LEGISLATIVO

legalle CONCURSOS

PROVA TEÓRICO-OBJETIVA

- 4 horas
- 50 questões
- 4 alternativas
- Saída permitida somente após 1 hora de prova
- O candidato só poderá levar este Caderno após 2 horas de prova

INSTRUÇÕES

Confira se esse Caderno de Prova contém a quantidade de questões indicadas. A substituição deste Caderno de Prova ocorre apenas antes de iniciar a prova.

- O tempo de prova inclui o preenchimento do Cartão-Resposta.
- Nenhuma informação acerca do conteúdo das questões será fornecida pelo Fiscal de Sala, pois é parte integrante da prova.
- Antes de sair da Sala de Prova, entregue o Cartão-Resposta ao Fiscal de Sala, **devidamente assinado**, e, após, se desloque imediatamente para a saída do local de prova.
- Ao final da prova, os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer na Sala de Prova até que o último termine a sua prova, devendo ambos testemunhar a devolução e o lacre dos documentos.
- A divulgação do gabarito preliminar se dará conforme Cronograma de Execução do certame.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À LEGALLE CONCURSOS. PROIBIDO REPRODUÇÃO.

RASCUNHO PARA GABARITO

01		06		11		16		21		26		31		36		41		46	
02		07		12		17		22		27		32		37		42		47	
03		08		13		18		23		28		33		38		43		48	
04		09		14		19		24		29		34		39		44		49	
05		10		15		20		25		30		35		40		45		50	

LÍNGUA PORTUGUESA

Para responder às questões 01 a 10, leia o texto abaixo.

Proteção da biodiversidade mundial demanda mais US$ 1,3 trilhão por ano

O enfrentamento à crise da biodiversidade, que põe em risco diversas formas de vida no planeta, inclusive a dos seres humanos, é um desafio que exigirá dos países esforços financeiros de US$ 1,317 trilhão ao ano, além do que já é investido atualmente. O número é resultado de um estudo realizado pelas organizações sociais The Nature Conservancy (TNC), World Wildlife Fund (WWF) e Paulson Institute, que resulta no relatório *Financing Nature 2026: uma atualização de meio de década - do progresso isolado à implementação em escala*.

As organizações acompanham a evolução dos investimentos globais na proteção da natureza desde 2020, quando foi publicado o primeiro relatório. Os pesquisadores comparam essa evolução com a necessidade de recursos para proteger as espécies da fauna e da flora, e a distância, chamada de déficit, só aumentou. Nesses seis anos, o déficit de financiamento para conter a crise da biodiversidade quase dobrou, saindo de US$ 711 bilhões para os atuais US$ 1,317 trilhão. Na avaliação de Carter Roberts, presidente da WWF nos Estados Unidos, não faltam mecanismos para financiar a natureza. Alguns exemplos são o mercado de carbono e os Acordos de Financiamento de Projetos para Permanência (PFP, na sigla em inglês), que impulsionam a criação de áreas de conservação por meio de um fundo de transição para financiamento da implantação do projeto.

"Este relatório comprova que essas estratégias funcionam, mas também deixa claro que precisamos implementá-las no ritmo e na escala exigidos pela perda da natureza", afirma Roberts.

O estudo também aponta a prática, por muitos países, de políticas prejudiciais que colocam em risco a natureza e as economias. De acordo com o relatório, para cada dólar investido na proteção da natureza, 30 são destinados à sua destruição.

"Hoje, em um único mês, os governos gastam mais com subsídios prejudiciais à natureza do que investem em sua proteção ao longo de um ano inteiro", afirma Henry M. Paulson Jr., presidente do Paulson Institute.

A reforma de subsídios seria capaz de liberar grande parte dos recursos necessários ao financiamento da natureza, afirma Paulson Jr. "Quando governos acertam os incentivos, o capital tende a acompanhá-los."

A partir da análise dos números verificados ao longo dos seis anos, os pesquisadores elaboraram um roteiro que apresenta os caminhos para ação como parte do *Financing Nature 2026*. Entre as orientações, o relatório destaca a necessidade de: reformar os subsídios prejudiciais; ampliar iniciativas, como estratégias, operações cotidianas, concessões de crédito e investimentos bem-sucedidos; enxergar a natureza como um ativo essencial à economia e não como um recurso gratuito.

O relatório também indica que governos e órgãos reguladores devem criar condições políticas e de mercado que permitam ampliar o financiamento da natureza. Os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento e as Instituições Financeiras de Desenvolvimento devem usar seus balanços e instrumentos para mobilizar investimentos. Por fim, a convergência das crises climática e da biodiversidade em um único desafio devem orientar as estratégias de governos, empresas e investidores em seus planos de desenvolvimento e investimentos.

"Não estamos começando do zero. Partimos de uma década de evidências sobre o que funciona e este relatório é um chamado para avançarmos a partir delas", conclui Jennifer Morris, CEO da The Nature Conservancy.

Fonte: https://agenciabrasil.ebc.com.br/meio-ambiente/noticia/2026-09/agricultura-avanca-11-milhoes-de-hectares-em-41-anos-na-mata-atlantica (adaptado)

Questão 01. Considere as seguintes afirmativas sobre os dados e informações apontados no texto:

( ) O déficit de financiamento para conter a crise da biodiversidade sofreu um incremento que o levou a quase dobrar em um intervalo de seis anos, passando de US$ 711 bilhões para US$ 1,317 trilhão.
( ) De acordo com o estudo, os governos mundiais destinam atualmente um montante equivalente a trinta vezes mais recursos à destruição da natureza do que à sua proteção.
( ) A reforma de subsídios prejudiciais é apontada por Henry M. Paulson Jr. como uma medida ineficaz para atrair capital privado para o financiamento ambiental.

Qual alternativa preenche, CORRETAMENTE, de cima para baixo, os parênteses acima?

(A) V – V – V.
(B) V – V – F.
(C) F – V – F.
(D) F – F – V.

Questão 02. Para fundamentar a argumentação e conferir credibilidade às propostas apresentadas no relatório, o texto estrutura-se predominantemente mediante:

(A) A citação direta de lideranças de organizações socioambientais globais, aliada à apresentação de dados estatísticos comparativos.
(B) A transcrição de relatos informais de pequenos produtores rurais prejudicados pela falta de incentivos fiscais.
(C) O emprego de metáforas poéticas e linguagem figurada para sensibilizar o leitor sobre a beleza das espécies ameaçadas.
(D) A apresentação de hipóteses teóricas sem respaldo em levantamentos empíricos ou séries históricas de investimento.

Questão 03. Analise as duas asserções a seguir e a relação lógica proposta entre elas:

I. O relatório indica que a convergência das crises climática e da biodiversidade em um único desafio deve orientar as estratégias de governos, empresas e investidores.

PORQUE

II. O déficit de financiamento para proteger a fauna e a flora expandiu-se nos últimos seis anos, atingindo o montante adicional de US$ 1,317 trilhão ao ano além do que já é investido.

A respeito dessas asserções, pode-se afirmar que:

(A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
(B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
(C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
(D) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

Questão 04. Analisando a declaração de Henry M. Paulson Jr., identifica-se a seguinte informação implícita no texto:

(A) Os governos globais não dispõem de orçamento público suficiente para financiar ações de preservação ambiental.
(B) A proteção da biodiversidade depende de doações voluntárias de instituições financeiras internacionais.
(C) Os investimentos estatais em conservação superam em escala e ritmo os incentivos concedidos a setores poluentes.
(D) A escassez de recursos para a biodiversidade decorre de uma escolha de prioridade política que financia práticas ambientalmente destrutivas.

Questão 05. Com base na leitura do texto, assinale a alternativa que resume a conclusão trazida pela declaração final de Jennifer Morris.

(A) Existem estratégias comprovadamente eficientes de financiamento, cabendo, agora, aos atores globais dar escala e celeridade às ações.
(B) A ausência de experiências prévias de conservação exige a criação de mecanismos financeiros totalmente inéditos no mercado.
(C) As evidências acumuladas na última década demonstram a inviabilidade de integrar a biodiversidade à economia de mercado.
(D) O relatório sugere o abandono dos projetos em andamento para dar início a um novo ciclo de pesquisas teóricas sobre o meio ambiente.

Questão 06. Ao comparar os levantamentos realizados entre 2020 e 2026, o texto revela um diagnóstico sobre os investimentos globais em biodiversidade. Considerando isso, assinale a alternativa que sintetiza adequadamente esse diagnóstico.

(A) O déficit de financiamento diminuiu gradativamente em razão do sucesso dos acordos de mercado de carbono.
(B) O volume de recursos investidos na proteção da fauna e da flora manteve-se estático, sem alterações, nos últimos seis anos.
(C) As políticas públicas adotadas pelos países conseguiram equiparar os valores investidos na preservação aos valores destinados a subsídios nocivos.
(D) A lacuna entre os recursos necessários e os valores efetivamente aplicados ampliou-se significativamente ao longo do período analisado.

Questão 07. A partir da leitura do oitavo parágrafo do texto, é CORRETO inferir sobre a atuação dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento que:

(A) Essas instituições já esgotaram suas capacidades de balanço e não possuem instrumentos para alavancar novos investimentos.
(B) O papel desses bancos é estratégico para mobilizar capital e induzir condições regulatórias favoráveis ao financiamento ambiental.
(C) Os órgãos reguladores devem proibir a interferência de instituições financeiras nas pautas de conservação da biodiversidade.
(D) As instituições de desenvolvimento atuam de forma isolada, sem convergência com os planos de empresas e investidores privados.

Questão 08. Quanto ao processo de formação das palavras, assinale a alternativa que apresenta dois vocábulos do texto formados, CORRETA e respectivamente, por derivação prefixal e derivação sufixal.

(A) biodiversidade / investimento.
(B) conservação / planeta.
(C) relatório / criação.
(D) desenvolvimento / financiamento.

Questão 09. Considere a frase retirada do texto na voz ativa: **Os pesquisadores comparam essa evolução com a necessidade de recursos...** Realizando a conversão para a voz passiva analítica, a forma verbal resultante será:

(A) Essa evolução é comparada pelos pesquisadores com a necessidade de recursos...
(B) Essa evolução foi comparada pelos pesquisadores com a necessidade de recursos...
(C) Comparou-se essa evolução com a necessidade de recursos...
(D) Essa evolução seria comparada pelos pesquisadores com a necessidade de recursos...

Questão 10. Analise o papel semântico do conectivo sublinhado no período retirado do texto:

Este relatório comprova que essas estratégias funcionam, mas também deixa claro que precisamos implementá-las no ritmo e na escala exigidos pela perda da natureza...

A locução sublinhada estabelece no período uma relação de:

(A) Oposição exclusiva.
(B) Condição necessária.
(C) Explicação causal.
(D) Adição e ênfase.

INFORMÁTICA

Questão 11. Ao desempenhar suas rotinas diárias em uma estação de trabalho equipada com o Windows 11, um servidor público notou que a grande quantidade de arquivos e atalhos dispostos na **Área de Trabalho** estava poluindo a tela e dificultando a localização rápida de documentos. Desejando reduzir a representação gráfica dos elementos para otimizar o espaço visual, sem remover ou apagar nenhum arquivo, qual é a sequência CORRETA de ações com o mouse?

(A) Clicar com o botão direito na **Área de Trabalho**, selecionar **Personalizar**, acessar a seção **Temas** e alterar o modo de exibição para **Ícones pequenos**.
(B) Clicar com o botão direito em uma área vazia da **Área de Trabalho**, posicionar o ponteiro sobre **Exibir** e clicar com o botão esquerdo em **Ícones pequenos**.
(C) Clicar com o botão direito em um espaço vazio da **Barra de Tarefas**, abrir o **Gerenciador de Tarefas** e ativar o recurso **Exibição de Ícones Compactos**.
(D) Clicar com o botão esquerdo em uma área livre do fundo da tela, selecionar **Configurações** e alterar a resolução do monitor para uma escala menor.

Questão 12. Ao formatar uma minuta de contrato no Microsoft Word 365, um servidor acessou a guia **Página Inicial**, grupo **Parágrafo**, clicando na seta ao lado do botão **Numeração** para aplicar o modelo de numeração alfabética em letras minúsculas seguidas de ponto (**a.**, **b.**, **c.**). Durante a digitação das cláusulas, ele concluiu o item **c.** e pressionou a tecla **Enter** duas vezes consecutivas sem digitar nenhum caractere. Nessa situação, o comportamento do Word consiste em:

(A) Inserir a letra **d.** no primeiro toque e a letra **e.** no segundo, mantendo a sequência da lista ativa.
(B) Remover o item **d.** e encerrar a numeração automática, retornando ao estilo de parágrafo normal.
(C) Avançar o recuo do texto e rebaixar o item para o nível hierárquico inferior, alterando o indicador para a numeração romana minúscula **i**.
(D) Reiniciar a numeração alfabética a partir do item **a.** no novo parágrafo.

Questão 13. Em relação aos recursos de pesquisa disponíveis no navegador Google Chrome, julgue o trecho a seguir:

Ao selecionar qualquer termo ou expressão contida no texto de uma página web e acionar o botão direito do mouse, o menu suspenso disponibilizará o comando ***Pesquisar "[...]" no Google****. Ao selecionar essa opção, o navegador abre uma nova guia com o mecanismo de busca configurado para consultar o trecho selecionado, sem substituir a página que o usuário está lendo.*

Essa afirmação está:

(A) Parcialmente incorreta, pois o comando de pesquisa contextual abre uma nova janela do navegador, encerrando a página que estava sendo consultada.
(B) Parcialmente correta, pois a pesquisa contextual substitui a página atual pelos resultados da pesquisa, mantendo a navegação na mesma guia.
(C) Totalmente correta, pois o recurso permite pesquisar o trecho selecionado em uma nova guia, sem substituir a página original.
(D) Totalmente incorreta, pois o recurso apenas copia o trecho selecionado para a área de transferência, cabendo ao usuário abrir manualmente uma nova guia e realizar a pesquisa.

Questão 14. Durante o processo de colaboração e revisão de um texto legislativo no Microsoft Word 365, um servidor identificou que o documento continha trechos com texto riscado (representando exclusões) e texto sublinhado ou com cor diferenciada (representando inserções), sugeridos por outros membros da equipe. Para decidir se essas modificações propostas devem ser incorporadas definitivamente ao texto ou descartadas, ele precisará utilizar os botões **Aceitar** e **Rejeitar**, que fazem parte do conjunto de ferramentas do recurso de:

(A) Comentários.
(B) Comparar Documentos.
(C) Controlar Alterações.
(D) Inserir Citação.

Questão 15. Ao organizar uma pasta de relatórios no **Explorador de Arquivos** do Windows 11, um usuário selecionou um arquivo *.pdf* e o renomeou de **Rascunho** para **Relatório_Final**. Imediatamente após confirmar o novo nome, ele percebeu que havia cometido um engano e pressionou a combinação de teclas **Ctrl** + **Z**. Nessa situação, o comportamento padrão do sistema será:

(A) Enviar o arquivo renomeado para a **Lixeira**, por interpretar o comando como uma solicitação de exclusão.
(B) Ignorar o comando, pois o atalho **Ctrl** + **Z** no ambiente do Windows é restrito à edição interna de texto.
(C) Duplicar o documento, criando um segundo arquivo nomeado como **Relatório_Final (1)**.
(D) Reverter a alteração, fazendo com que o arquivo volte a ter o nome original (**Rascunho**).

Questão 16. No sistema operacional Windows 11, o **Explorador de Arquivos** é a ferramenta padrão para gerenciamento de arquivos e pastas. A respeito das suas funcionalidades e manuseio de arquivos, analise as afirmativas a seguir:

I. É permitido alterar a extensão de um arquivo ao renomeá-lo no **Explorador de Arquivos**, embora o sistema exiba um aviso alertando que isso pode tornar o arquivo inutilizável se o novo formato não for compatível.
II. No Windows, o **Painel de Visualização** permite a edição direta de arquivos do Word no próprio **Explorador de Arquivos**, dispensando a necessidade de abrir o documento no Microsoft Word.

Pode-se afirmar que:

(A) I e II estão corretas.
(B) Apenas I está correta.
(C) Apenas II está correta.
(D) I e II estão incorretas.

Questão 17. Para preparar o material de um projeto de lei, um servidor precisa imprimir a parte final de um parecer técnico digital de 80 páginas. Ao utilizar o navegador Google Chrome, ele deseja enviar para a impressora todas as páginas a partir da página 45 até o final do documento. Para indicar que a impressão deve começar na página 45 e prosseguir até a última página, sem precisar informar manualmente o número da página final, qual sintaxe deve ser utilizada no campo de páginas personalizadas da caixa de diálogo de impressão do navegador?

(A) 45-
(B) 45...
(C) 45-END
(D) >=45

Questão 18. No tocante às funcionalidades de edição de documentos no Microsoft Word 365, especificamente sobre a utilização de cabeçalhos e rodapés, analise as partes que seguem:

***(1ª parte)**: O duplo clique na área superior do documento libera apenas o cabeçalho para digitação, mantendo a área do rodapé bloqueada e esmaecida até que se dê outro duplo clique diretamente sobre ela.*
***(2ª parte)**: Na área de cabeçalho e rodapé, o recurso **Data e Hora** disponibiliza mais de 10 formatos predefinidos para escolha, variando de exibições numéricas curtas a textos por extenso com dia da semana.*

Pode-se afirmar que:

(A) Ambas as partes são falsas.
(B) Ambas as partes são verdadeiras.
(C) A 1ª parte é falsa e a 2ª é verdadeira.
(D) A 1ª parte é verdadeira e a 2ª é falsa.

Questão 19. Durante a consulta ao portal do Poder Legislativo no Google Chrome para acompanhar a tramitação de um projeto de lei, um servidor acessa uma página que já se encontra previamente salva em sua pasta de favoritos. Sabendo que a combinação de teclas **Ctrl** + **D** é o comando padrão do navegador para adicionar páginas aos favoritos, caso o servidor pressione esse atalho enquanto acessa e navega por essa página que já possui registro, o comportamento da interface será:

(A) Fazer o download automático da página em formato PDF e salvá-la na pasta de downloads do sistema.
(B) Duplicar o atalho no navegador, criando uma cópia com o número **(1)** na mesma pasta de favoritos.
(C) Excluir o favorito e, simultaneamente, apagar a página do histórico recente de navegação.
(D) Exibir a caixa de diálogo para editar as propriedades do favorito existente ou removê-lo.

Questão 20. Acerca dos recursos visuais, da organização e da usabilidade da **Área de Trabalho** do sistema operacional Windows 11, analise as assertivas a seguir:

I. A seção **Fixado** do **Menu Iniciar** sugere dinamicamente ao usuário documentos recentes, arquivos abertos com frequência e aplicativos recém-instalados.
II. O recurso **Painel de Widgets** permite ao usuário organizar facilmente várias janelas abertas na **Área de Trabalho** em layouts predefinidos ao passar o ponteiro do mouse sobre o botão de maximizar de uma janela.
III. O alinhamento padrão dos ícones na **Barra de Tarefas** é centralizado, mas o sistema permite ao usuário alterar o alinhamento para a esquerda.

Está CORRETO o que se afirma em:

(A) III, apenas.
(B) II e III, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) I, II e III.

LEGISLAÇÃO

Questão 21. Pode-se afirmar que a Câmara Municipal, de acordo com a Lei Orgânica, é composta por onze Vereadores, os quais devem ser eleitos na forma da lei, considerando que são inelegíveis os não alistáveis e os analfabetos. Nesse sentido, são condições de elegibilidade para o mandato de Vereador:

I. O domicílio eleitoral na circunscrição, ou vizinha.
II. O pleno exercício dos direitos políticos.
III. A idade mínima de dezoito anos.

Estão CORRETAS:

(A) Apenas I e II.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas I e III.
(D) I, II e III.

Questão 22. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei. Conforme a Lei Orgânica, o parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de quais membros da Câmara Municipal?

(A) Um terço dos membros.
(B) Presidente e Vice-Presidente.
(C) Unanimidade.
(D) Dois terços dos membros.

Questão 23. Deliberar sobre o cancelamento, nos termos da lei, da dívida ativa do Município, autorizando a suspensão de sua cobrança e a relevação de ônus e juros, é uma das competências da Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito. Nesse mesmo sentido, conforme a Lei Orgânica, quantos dos seguintes itens apresentam outras matérias cuja deliberação é desse mesmo tipo de competência? **I.** Criação, organização e supressão de vilas; **II.** Divisão territorial do município, respeitada a legislação federal e estadual; **III.** Tributos de competência municipal.

(A) Nenhum deles.
(B) Apenas 1 deles.
(C) Apenas 2 deles.
(D) Todos os 3.

Questão 24. De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos, é o reingresso no serviço público de funcionário em disponibilidade, em cargo igual ou equivalente, quanto à natureza ou remuneração, ao anteriormente ocupado, sendo que será obrigatório quando for restabelecido o cargo de cuja extinção decorreu a disponibilidade e quando houver necessidade de prover cargo anteriormente declarado desnecessário.

Tal descrição se refere à(ao):

(A) Aproveitamento.
(B) Reversão.
(C) Nomeação.
(D) Readaptação.

Questão 25. O Estatuto dos Funcionários Públicos traz que a apuração do tempo de serviço far-se-á em dias. Além disso, o número de dias será convertido em anos, considerados estes como de 365 dias. Operada a conversão, os dias restantes, até _____, não serão computados, arredondando-se para um ano, quando excederem esse número, nos casos de cálculos para efeito de aposentadoria compulsória e por invalidez.

Preenche CORRETAMENTE a lacuna:

(A) cento e noventa e três.
(B) cento e oitenta e oito.
(C) cento e noventa e um.
(D) cento e oitenta e dois.

Questão 26. Alguns afastamentos, conforme o Estatuto dos Funcionários Públicos, são considerados como de efetivo exercício, como é o caso de férias e de licença-prêmio, assim como os presentes em quantos dos seguintes itens? **I.** Convocação para o serviço militar, inclusive de preparação de oficiais de reserva, júri e outros serviços obrigatórios por lei; **II.** Casamento, até oito dias úteis, contados da realização do ato; **III.** Enfermidade comprovada.

(A) Nenhum deles.
(B) Apenas 1 deles.
(C) Apenas 2 deles.
(D) Todos os 3.

Questão 27. A Câmara Municipal tem sua sede em local específico em Capão do Leão, onde serão realizadas as suas atividades institucionais, de acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal. Além disso, as atividades da Câmara Municipal realizadas fora da sua sede serão nulas, exceto nos casos de reunião de trabalho e audiência pública de comissão, sessão solene e sessão:

(A) Ordinária.
(B) Extraordinária.
(C) Especial.
(D) Itinerante.

Questão 28. Analise as partes que seguem, de acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal: A instalação da legislatura e a posse dos Vereadores ocorrerão em sessão solene no dia 1º de janeiro do primeiro ano do mandato (***1ª parte***), em horário e local a serem designados pela Mesa Diretora da legislatura anterior, com qualquer número de Vereadores (***2ª parte***), sob a presidência do Vereador reeleito que tiver exercido a Presidência da Câmara por mais vezes, salvo na hipótese de inexistência, caso em que a presidência caberá ao Vereador mais idoso dentre os presentes (***3ª parte***).

Acerca das partes, pode-se afirmar que:

(A) Somente a 3ª parte está incorreta.
(B) Somente a 2ª parte está incorreta.
(C) Somente a 3ª parte está correta.
(D) Somente a 1ª parte está correta.

Questão 29. Pode-se afirmar, com base no que é determinado por meio do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, que o(a) _____ é o período de quatro anos, iniciando-se em 1º de janeiro do primeiro ano e terminando em 31 de dezembro do quarto ano de mandato parlamentar. Ainda, pode-se afirmar que o(a) _____ pode ser dividido(a) em quatro períodos.

Preenche, CORRETAMENTE, ambas as lacunas acima:

(A) sessão legislativa.
(B) legislatura.
(C) parlamento.
(D) assembleia legislativa.

Questão 30. A Lei Complementar nº 95/1998 dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina trecho da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona. A partir disso, tem-se que a lei deve ser estruturada em três partes básicas. Com isso, qual é a parte que compreende a epígrafe, a ementa, o preâmbulo, o enunciado do objeto e a indicação do âmbito de aplicação das disposições normativas?

(A) Normativa.
(B) Final.
(C) Regimental.
(D) Preliminar.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 31. Um agente público dispensou, de maneira dolosa e indevida, o processo licitatório para celebração de parceria com uma entidade sem fins lucrativos, acarretando a perda patrimonial efetiva ao seu órgão público. Conforme as disposições da Lei nº 8.429/1992, essa conduta constitui:

(A) Ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.
(B) Ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito.
(C) Ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário.
(D) Crime, cuja pena é detenção de seis a dez meses e multa.

Questão 32. A atual gestão de determinada Câmara Municipal pretende criar uma Escola do Legislativo, voltada à capacitação dos servidores locais e à integração desse Poder com a comunidade. Nesse contexto, um dos Vereadores sugeriu que a Escola fosse instituída sob a forma de fundação ou de autarquia, de modo a criar uma entidade própria da Administração Indireta ligada ao Poder Legislativo. De acordo com a doutrina de Direito Administrativo aplicável à repartição de competências e à organização do Estado, essa sugestão é viável?

(A) Sim, sob a forma de autarquia, pois o Poder Legislativo dispõe de prerrogativa própria para descentralizar serviços.
(B) Sim, sob a forma de fundação pública, desde que haja autorização na lei orgânica e dotação orçamentária exclusiva para o órgão.
(C) Não, pois o Poder Legislativo não possui Administração Indireta própria, devendo a Escola ser instituída como órgão interno da Casa.
(D) Não, pois a instituição de entidades focadas em capacitação profissional é de atribuição privativa do chefe do Poder Executivo.

Questão 33. Um cidadão solicitou a cópia impressa de um documento histórico mantido pela Câmara Municipal, a qual efetuou a cobrança referente apenas ao ressarcimento do papel e da tinta utilizados. À luz da Lei nº 12.527/2011, a conduta da Câmara foi:

(A) Lícita, pois o órgão pode cobrar o valor necessário para o ressarcimento dos materiais utilizados na reprodução.
(B) Lícita, visto que a existência de valor histórico afasta a gratuidade e gera cobrança obrigatória de taxa de busca documental.
(C) Ilícita, já que o fornecimento de informação pública deve ser integralmente gratuito, vedada qualquer espécie de cobrança.
(D) Ilícita, porque o órgão deveria cobrar também o valor proporcional ao tempo de trabalho do servidor.

Questão 34. Determinada Câmara Municipal possui um regulamento sobre a vestimenta oficial de seus servidores, determinando o uso de trajes sociais e crachá fornecidos pelo órgão, com exceção dos sapatos, cuja aquisição é de responsabilidade do próprio servidor. Assim, ao escolher os calçados para o trabalho diário de atendimento, o servidor deve considerar que a elegância profissional fundamenta-se na:

(A) Escolha de calçados de luxo que demonstrem um padrão de prestígio compatível com o ambiente político da corporação legislativa.
(B) Liberdade de usar qualquer sapato para não se distanciar de forma visível da realidade da população atendida diariamente.
(C) Aquisição de marcas famosas como critério para assegurar a sobriedade e o respeito no atendimento ao público.
(D) Harmonia com uma vestimenta simples, limpa e bem passada, visto que a elegância do profissional não significa ostentação.

Questão 35. A avaliação documental consiste na análise conduzida pela Administração para determinar o valor dos registros e estabelecer seus prazos de guarda e destinação final. Considerando a aplicação desse procedimento aos atos oficiais de uma Câmara Municipal, é possível afirmar CORRETAMENTE que o suporte físico que contém a legislação local possui valor permanente, o que torna a sua eliminação:

(A) Permitida imediatamente após a digitalização integral dos arquivos em papel.
(B) Vedada em decorrência de seu valor histórico, probatório e informativo.
(C) Autorizada, de modo discricionário, pela chefia do Arquivo da Casa ao fim de cada ano.
(D) Obrigatória após a revogação expressa da norma por outra lei superveniente.

Questão 36. Para transmitir uma informação de alta complexidade aos gabinetes dos Vereadores, a direção de uma Câmara Municipal precisa escolher o canal de comunicação organizacional disponível mais adequado. Diante disso, a alternativa abaixo que apresenta o canal recomendável, acompanhado de sua respectiva justificativa CORRETA, é a:

(A) Ligação telefônica, por ser um canal formal que assegura o registro legal e imediato, por todos os destinatários simultaneamente, de todas as informações transmitidas.
(B) Correspondência por e-mail pessoal, constituindo o meio comunicativo mais recomendável, adequado para mensagens não rotineiras e complexas.
(C) Expedição de ofício circular, pois permite que o remetente revise o texto antes do envio e garante oficialmente que o mesmo conteúdo seja recebido por todos os destinatários.
(D) Realização de reunião presencial, por ser um canal que facilita a realimentação e o esclarecimento de dúvidas, propiciando o surgimento de altercações entre os presentes.

Questão 37. Ao redigir um expediente oficial na Câmara Municipal, um Assistente Legislativo deve padronizar a linguagem institucional, evitando a inserção de opiniões particulares no texto. De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República, esse tratamento decorre diretamente do Princípio da:

(A) Supremacia do interesse público.
(B) Impessoalidade.
(C) Proteção à confiança legítima.
(D) Moralidade.

Questão 38. Levando-se em conta que o correio eletrônico corporativo qualifica-se como um gênero textual oficial e um sistema ágil de transmissão de documentos no setor público, a utilização de endereços de e-mail pessoais pelos agentes públicos para o envio de comunicações na Administração Pública é:

(A) Permitida de forma irrestrita, pois assegura a redução dos gastos públicos com servidores de e-mail oficiais.
(B) Autorizada em caráter permanente, visto que simplifica a identificação do remetente perante toda a população local.
(C) Recomendada para assuntos internos, porque otimiza a velocidade de transmissão das mensagens, a fim de não sobrecarregar os servidores de e-mail oficiais.
(D) Inadequada, dado que o endereço eletrônico utilizado pelos agentes públicos no exercício de suas funções deve ser oficial.

Questão 39. Um Assistente Legislativo está redigindo a ata de uma sessão plenária e necessita registrar a atuação do substituto legal que conduz os trabalhos legislativos. Visando à correta grafia de cargos compostos e à uniformidade de registros no documento, segundo o Manual de Redação da Presidência da República, a grafia CORRETA a ser empregada, dentre as opções abaixo, é:

(A) Vice-Presidente.
(B) Vice-presidente.
(C) vice-Presidente.
(D) Vice Presidente.

Questão 40. A técnica legislativa, dentre outras coisas, orienta a estruturação das leis para garantir a harmonia do ordenamento jurídico frente ao pacto federativo. No que se refere ao processo legislativo municipal, a aplicação do chamado Princípio da Simetria preconiza que esse ente federativo deve:

(A) Criar normas totalmente independentes do ordenamento federal, priorizando o interesse local de forma absoluta.
(B) Seguir apenas a Lei Orgânica Municipal, que possui prevalência sobre a Constituição Federal no que se refere ao interesse local.
(C) Adequar suas regras de processo legislativo aos padrões e princípios estabelecidos nas Constituições Federal e Estadual.
(D) Submeter todos os seus projetos de lei à aprovação prévia da Assembleia Legislativa do respectivo Estado antes da sanção pelo Prefeito.

Questão 41. Durante a análise de um projeto de lei municipal de grande repercussão que exige medidas de adaptação por parte da população, um Assistente Legislativo constata que a cláusula de vigência prevê a entrada em vigor na data de sua publicação. Para garantir a aplicação das normas de técnica legislativa, o servidor deve sugerir ao proponente que:

(A) Estabeleça um prazo razoável de vacância para permitir o amplo conhecimento e a preparação dos cidadãos atingidos.
(B) Mantenha a vigência imediata para evitar que o processo de discussão legislativa se prolongue por período indeterminado.
(C) Suprima totalmente a cláusula de vigência, de modo que cada cidadão possa dispor do tempo necessário à adaptação à nova norma.
(D) Fixe a vigência automática para o primeiro dia do ano subsequente, em obediência à regra da anterioridade administrativa.

Questão 42. No âmbito das normas gerais do processo legislativo, a doutrina organiza a elaboração das leis em fases ordenadas, de modo que a fase que compreende as etapas de discussão, votação e manifestação do Poder Executivo, mediante sanção ou veto, é denominada fase:

(A) Introdutória.
(B) Constitutiva.
(C) Complementar.
(D) Preliminar.

Questão 43. O Setor de Imprensa de uma Câmara Municipal passou a trabalhar apenas com fotografias digitais e, por esse motivo, transferiu todo o acervo de fotos reveladas em papel para o arquivo permanente da Casa. De acordo com as diretrizes teóricas que diferenciam a classificação dos acervos pela natureza dos documentos, esse conjunto de imagens em papel integra um arquivo:

(A) Geral.
(B) Especializado.
(C) Setorial.
(D) Especial.

Questão 44. Em determinado órgão público, no qual se aplica o regime da Lei nº 9.784/1999, compete à autoridade máxima decidir sobre os recursos administrativos. Porém, devido à grande demanda do serviço, a referida autoridade pretende delegar essa atribuição ao seu subordinado imediato, o segundo na hierarquia do órgão. Com base na Lei nº 9.784/1999, essa delegação pode ser realizada?

(A) Sim, pois a grande quantidade de serviço justifica a transferência de qualquer competência ao subordinado imediato.
(B) Sim, desde que o ato que formalize a transferência defina limites temporários claros para a atuação do agente delegado.
(C) Não, porque a lei veda expressamente a delegação da competência para decidir sobre recursos administrativos.
(D) Não, pois a modificação de competência no processo administrativo depende de autorização prévia do Poder Legislativo.

Questão 45. Uma Câmara Municipal planeja contratar o fornecimento parcelado de lanches prontos e salgadinhos para oferecer aos membros da Mesa dos trabalhos que participarem das audiências públicas a serem realizadas ao longo do período de um ano, coincidente com o período da sessão legislativa. Como a presença dos membros da Mesa e o calendário exato desses eventos são variáveis, a direção da Casa não consegue definir previamente a quantidade exata demandada nem as datas de entrega do material. Para viabilizar o fornecimento dos produtos conforme as demandas reais surgirem, a opção legal adequada para a seleção do fornecedor, nos termos da Lei nº 14.133/2021, é a(o):

(A) Concorrência combinada com o credenciamento.
(B) Diálogo competitivo combinado com a pré-qualificação.
(C) Tomada de preços combinada com o registro cadastral.
(D) Pregão combinado com o registro de preços.

Questão 46. Considere o seguinte dispositivo legal da Lei nº 9.784/1999:

Art. 32. Antes da tomada de decisão, a juízo da autoridade, diante da relevância da questão, poderá ser realizada audiência pública para debates sobre a matéria do processo.

Levando em conta a teoria dos Atos Administrativos e a extensão das prerrogativas da Administração Pública, afirma-se CORRETAMENTE que a realização de audiência pública de que trata o texto em epígrafe constitui:

(A) Ato vinculado decorrente do poder disciplinar, pois a identificação de relevância pelo administrador gera a obrigação legal de promover debates.
(B) Ato discricionário pautado pelo mérito administrativo, visto que os termos poderá e a juízo da autoridade são relativos a critérios de conveniência e oportunidade.
(C) Ato vinculado decorrente do poder de polícia, já que os ritos de oitiva popular dependem de critérios puramente técnicos e objetivos.
(D) Ato discricionário baseado na supremacia do interesse público, o qual confere ao administrador a prerrogativa de afastar formalidades essenciais previstas em lei.

Questão 47. Com o objetivo de demonstrar a regularidade da gestão dos recursos públicos da saúde, o gestor municipal tem o dever de prestar contas periodicamente, de acordo com a legislação de regência. Para cumprir essa obrigação, o Secretário Municipal de Saúde deve comparecer à Câmara de Vereadores, até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, e apresentar, em audiência pública, o relatório detalhado do quadrimestre anterior, contendo os montantes aplicados e as auditorias realizadas na pasta. Haja vista a classificação doutrinária do controle da Administração Pública quanto ao órgão ou Poder que o exerce, afirma-se CORRETAMENTE que a fiscalização materializada por meio da referida apresentação de relatórios constitui modalidade de:

(A) Controle legislativo.
(B) Controle finalístico.
(C) Controle interno.
(D) Controle preventivo.

Questão 48. Uma Câmara Municipal detém a propriedade de um terreno urbano que permaneceu sem destinação oficial por décadas. Recentemente, a atual Presidência da Casa constatou que terceiros invadiram o local e nele construíram moradias. Com o objetivo de resguardar o patrimônio do Município de forma legal e eficiente, qual ação pode ser tomada pela atual gestão frente aos ocupantes do imóvel?

(A) Indenizar as benfeitorias, visto que a ocupação prolongada confere aos particulares o direito de retenção do patrimônio edificado.
(B) Formalizar a transferência do imóvel por usucapião, dado que o desuso prolongado afasta a natureza pública do terreno municipal.
(C) Autorizar a permanência dos ocupantes por meio de doação, pois a falta de fiscalização anterior impede a retomada judicial da área.
(D) Ajuizar ação possessória para recuperar o terreno, visto que os bens públicos são imprescritíveis e insuscetíveis de usucapião.

Questão 49. No contexto da organização administrativa, a Mesa Diretora de uma Câmara Municipal desempenha funções de direção e condução dos trabalhos internos do Legislativo. De maneira geral, considerando o conceito, a natureza e a classificação dos órgãos públicos, afirma-se que a Mesa Diretora é um órgão público porque:

(A) Consiste em uma unidade de ação desprovida de personalidade jurídica própria, cujos atos são imputados à entidade política municipal.
(B) Detém personalidade jurídica autônoma, o que lhe confere capacidade para responder civilmente por suas obrigações administrativas.
(C) Representa uma entidade descentralizada da Administração Indireta, dotada de patrimônio próprio e autonomia política ampla.
(D) Constitui uma pessoa jurídica de direito público interno, criada por lei específica para a execução de serviços técnicos locais.

Questão 50. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, as previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas. Sobre isso, a norma prevê, ainda, que a reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida:

(A) Se houver prévia anuência do Chefe do Poder Executivo municipal.
(B) Se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.
(C) Se demonstrado aumento expressivo na arrecadação corrente local.
(D) Mediante aprovação por maioria absoluta dos membros da Casa.